

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA MUSEOLOGIA:

reconstruindo um percurso histórico
e demarcando posições.

“Talvez a Museologia do amanhã e o amanhã da Museologia serão enriquecidos sobretudo pela ética. Talvez a Museologia não será a jovem bem-vestida das ciências, mas o ramo científico inquieto, que coloca mais as questões que as respostas fechadas, fiel, ao mesmo tempo, a seu engajamento com a natureza, o homem e a vida”.

Waldisa Rússio (1991,p.1)

3.1 Apresentação

Nos últimos quinze anos, as discussões em torno da construção do conhecimento na Museologia vieram à tona, sobretudo devido à atuação do ICOFOM (Comitê Internacional para a Museologia do Conselho Internacional de Museus). Apesar dos esforços dos membros do ICOFOM, a produção bibliográfica referente ao tema tem sido muito reduzida, o que dificulta a realização de uma análise, baseada em estudos diversificados e de concepções diferenciadas, além do agravante de que os trabalhos, na maioria das vezes, estão dispersos e são pouco divulgados.

Realizar, pois, uma análise sobre a construção do conhecimento na Museologia, é tatear, é buscar informações, juntando pedaços de um quebra-cabeças em processo de construção. No presente tópico, tentaremos reconstituir o percurso histórico que vem sendo construído nos últimos anos, nesta área do conhecimento, para, em seguida, apresentar algumas propostas metodológicas, embasadas em autores que vêm atuando no campo museológico, apresentando, posteriormente, uma reflexão, no sentido de desvelar os objetivos e os meios que estão norteando as ações desenvolvidas nos museus brasileiros, enfocando, por meio da análise do processo de construção do conhecimento, a tríade: o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento como produto do processo.

Ressaltamos que, com a análise a ser apresentada, pretendemos contribuir para a realização de uma reflexão crítica que venha tornar a problemática teórico-metodológica, na Museologia, mais clara, situando-a em uma análise de processo e, portanto, em constante formação, com o objetivo de fundamentar as ações que pretendemos realizar.

3.2 Reconstituindo Um Percurso Histórico.

Atuando nos espaços dos museus, em equipes compostas de profissionais com formação diversificada e, às vezes, de áreas diferentes, os técnicos, lotados nessas instituições, na maioria das vezes, agiam de forma interdisciplinar e multidisciplinar, executando ações que se esgotavam no domínio da técnica; cada um colocando em prática os conhecimentos adquiridos nos diversos cursos de formação, tendo somente como ponto em comum a atuação em

uma instituição específica: o museu. Os diversos trabalhos museográficos eram, então, desenvolvidos sem a necessária reflexão museológica que deveria envolver todo o processo, no qual teoria e prática estariam interligadas e se alimentando mutuamente.

O museu, então, era o ponto referencial, onde se desenvolviam ações museológicas, levando, assim, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) a considerar a Museologia como a ciência que estuda a instituição museu, sua história, evolução, sua atuação no presente, seu desenvolvimento futuro e sua relação com a sociedade.

A produção de material bibliográfico abordando questões e apresentando reflexões em torno dos aspectos teórico-metodológicos na Museologia tem aumentado consideravelmente, embora ainda seja em número bastante reduzido, se compararmos com outras áreas do conhecimento. Um dos impulsos para que esses questionamentos viessem à tona talvez tenha sido a abertura para a participação, juntamente com técnicos que atuam nos museus, de profissionais das áreas de filosofia, antropologia, sociologia etc., que não estavam mais satisfeitos em desempenhar, de forma mecanicista, ações que se esgotavam em si mesmas, trazendo para dentro dos museus os questionamentos das suas áreas de conhecimento, a insatisfação com um modelo de ciência que não vinha dando conta de resolver os diversos problemas sociais do mundo contemporâneo.

Estes questionamentos não vieram à tona de forma isolada, de dentro para fora do museu; ao contrário, a sociedade como um todo estava clamando por um novo fazer museológico e, talvez, a prova mais contundente dessa afirmação estivesse nos livros de registro de frequência dos

museus, onde, a cada dia, registrava-se um número cada vez mais reduzido de visitantes.

Por outro lado, enquanto em outros períodos deu-se ênfase maior ao conhecimento e ao aprimoramento dos aspectos que envolviam a vida do homem, na década de 70 é dada maior atenção à sua ação social. Bordenave (1988, p.7) registra que

“as décadas anteriores, particularmente as de 50 e 60, preocuparam-se com o conhecimento e, às vezes, com o melhoramento de tudo que rodeia o homem. Desenvolveu-se bastante o planejamento econômico, o urbanismo, o combate à poluição ambiental, a racionalização do trânsito, os sistemas de comercialização em grande escala. Mas foi na década de 70 que se começou a dar uma importância concreta ao fato de o homem ser, ao mesmo tempo, o produto e o criador de sua sociedade e de sua cultura”.

Entretanto, apesar dessa tomada de consciência, continua-se presenciando a aplicação de modelos tecnicistas e pragmáticos, herdados das ciências físicas e naturais e inadequados ao trabalho com as ciências sociais.

A crítica ao positivismo e ao funcionalismo, como também os avanços alcançados nas ciências físicas e naturais, têm contribuído para a construção de uma nova ciência, conforme destaca Serpa (s.d., p.1),

“... uma ciência de processos não lineares, e que considere a unidade observador-observável, terá uma relação homem-natureza não contemplativa e não manipulativa. Será uma relação de integridade, onde homem e natureza não se opõem e sim se estendem reciprocamente. A tese e a antítese serão superadas, tais como casualidade-chance, relação-essência, observador-observável e qualidade-quantidade”.

Destaca o referido autor que a base para essa nova ciência é a historicidade, entendida como determinação do espaço-tempo, pela distribuição dos corpos materiais, pelo seu estado de movimento e pela totalidade das relações não-lineares, de desenvolvimentos desiguais, onde cada uma das relações contém a contradição.

É importante ressaltar que duas contribuições no campo científico-filosófico foram fundamentais para a busca desse novo fazer científico e para o reconhecimento da existência de um “multiverso cultural”: a contribuição da antropologia e do materialismo histórico. Pessanha (1987, p.64), registra que

“... a antropologia colaborou ao insistir na diversidade das culturas, na multiplicidade de “razões” culturais, que precisam ser compreendidas e preservadas justamente enquanto diferentes. Graças à antropologia, sabemos hoje que são muitas as maneiras humanas de ser, de estar no mundo, de viver, de valorar, de expressar por meio de

diversas linguagens - o que mostra um humano multifacetado, distante de padrões unitários e universais que antes propunham como paradigmas um caso particular de humanidade: o de branco europeu, “civilizado”. A contribuição do marxismo, a mostrar a sociedade dividida em interesses econômicos e políticos não apenas diversos mas conflitantes - o que impede a efetivação de consensos universais sobretudo em torno de valores e estabelece rupturas entre modos de pensar e agir. O dissenso torna-se então o fundamento da sociedade, o antagonismo interior sua realidade mais profunda”.

Essa busca do fazer científico, comprometido com o desenvolvimento social e com a transformação, tem contribuído de modo decisivo no fazer museológico, na construção de pressupostos teóricos para a Museologia e para a redefinição de seu conceito, bem como do conceito de patrimônio cultural.

A insatisfação com o modelo de museu estabelecido é, então, refletida na IX Conferência Geral do ICOM, realizada em Paris e Grenoble, em 1971, e na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, sendo esta última, considerada um marco no processo de transformação da Museologia, sobretudo por ter colocado em evidência a prioridade da ação museal no campo de intervenção social, abrindo espaço para um repensar global da Museologia, situando-a entre as ciências sociais.

Tomando como referencial os principais pontos abordados nas discussões realizadas pelo ICOFOM,

principalmente entre os anos de 1980 e 1991, verifica-se que tem havido uma preocupação constante em destacar vários aspectos relacionados com a inserção dos museus no mundo contemporâneo, bem como a busca de referências necessárias para a definição do objeto de estudo da Museologia. Dos diversos encontros realizados no período acima referido, destacam-se os seguintes temas:

- a) Coletando hoje para o amanhã.
- b) Museologia e futurologia.
- c) Museus: território e sociedade - novas tendências e novas práticas.
- d) Museologia e meio ambiente.
- e) A linguagem das exposições.
- f) Museologia em países em desenvolvimento - ajuda ou manipulação.
- g) Museologia e identidade.
- h) Possibilidades e limites da pesquisa científica específica para museus.
- i) Aspectos sociológicos e ecológicos, em atividades do museu contemporâneo e sua cooperação com instituições correlatas.
- j) Metodologia da Museologia e treinamento profissional.

Com o objetivo de analisar o produto dos diversos trabalhos produzidos no ICOFOM, um grupo de profissionais, em 1986, se reuniu na Alemanha Oriental e analisou os diversos tópicos discutidos ao longo dos seminários, tomando como base a “Teoria da Ciência”, tendo questionado:

- a) se existe uma linguagem própria para a Museologia;

- b) se existe uma metodologia para a Museologia;
- c) se existe um sistema de idéias para a Museologia;
- d) qual o lugar da Museologia entre as demais ciências.

Com base nas discussões acima levantadas, SOFKA (1992, p. 3) destaca que, a partir de então, não se pode mais considerar a Museologia como uma simples atividade prática, pois esta possui o seu próprio objeto de estudo e uma metodologia específica. Partindo da premissa de que a Museologia é uma ciência, o referido autor analisa os seguintes aspectos:

- a) o estudo da finalidade e da organização dos museus;
- b) o estudo da implementação e da integração de um número de funções básicas, relacionadas com o patrimônio cultural;
- c) o estudo da relação específica entre o homem e a realidade, a qual é expressa pelas atividades de documentação e preservação relacionadas a esta realidade, e através da comunicação de conhecimentos.

Fazendo uma análise sobre estes três aspectos, o autor comenta que: o item a não define a Museologia como ciência, pois é uma questão de administração. O item b está relacionado aos problemas referentes à concepção de patrimônio móvel e imóvel. Considerando o item c como aquele a partir do qual se desenvolvem os campos de interesse da Museologia, enfatiza que o mesmo se refere à Museologia como relação do homem com a realidade e não de museus com a realidade. Percebe-se que Sofka (1992) se baseia nos resultados desenvolvidos por Ana Gregóvora e Z.Z. Stransky,

na Tchecoslováquia, quando definiram a Museologia como o estudo das relações específicas do homem com a realidade, enfatizando as diferentes maneiras do homem se relacionar com o mundo, vivendo em um universo não apenas físico mas, fundamentalmente, simbólico. A realidade é, então, entendida como o produto da dialética, do jogo existente entre a materialidade do mundo e o sistema de significação utilizado para organizá-lo. Nesta mesma linha de concepção, Rússio (1989, p.2) define o fato museológico ou fato museal como “a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto que é parte da realidade à qual o homem pertence e sobre a qual ele age”.

Comentado sobre o conceito da Museologia emitido por Gregóvora, Bellaigue (1992, p.1) considera que este foi um elemento bastante mobilizador para o progresso da ciência museológica. Entretanto, fazendo uma análise sobre o referido conceito, salienta que o estudo da relação do homem com a realidade é, também, objeto de estudo de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a ecologia, a psicologia, a antropologia cultural, a filosofia etc., e destaca que o termo realidade não é empregado de maneira adequada nesse contexto, pois esse é um conceito e nenhuma ciência, à exceção da filosofia e da metafísica, se constrói com base em conceitos. Mathilde Bellaigue sugere, então, que o termo **realidade** seja substituído pelo real, justificando que o **real** abrange a totalidade da vida e do meio ambiente.

“O real representado no museu pelo objeto, que deve ser entendido no seu sentido mais amplo: material e imaterial, natural ou cultural. Ele é o elemento central para a

Museologia, pois é o elemento da realidade que emite informações, permitindo a comunicação entre as pessoas e entre o passado e o presente.”

Em 1982, durante uma reunião do ICOFOM, em Paris, Tomislav Sola apresenta uma abordagem para a Museologia que define de forma mais clara o real, representado pelo objeto, abordagem esta corroborada por Peter Van Mensch, quando presidente do referido comitê. Para Sola, a Museologia abrange todo um complexo de teorias e práxis que envolve a conservação e o uso da herança cultural e natural. Mensch (1990, p.57), citando o “International Thesaurus of Cultural Development” (UNESCO, 1980) registra que a palavra herança é aqui usada no seu sentido mais amplo:

“... obras de arte, monumentos e sítios considerados de relevante valor universal, do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, assim como as tradições orais, as heranças musicais e etnográficas e até mesmo as leis, costumes e modos de vida que expressam a essência do sentimento étnico ou nacional”.

Comentando a definição de Museologia apresentada por Sola, Peter Van Mensch destaca que, mesmo num sentido limitado - ou seja: a Museologia preocupada com artefatos e espécimes naturais - ou num sentido mais amplo - , visando a herança cultural e natural como um todo -, existe uma disciplina científica que interpreta a relação entre o homem e o seu meio ambiente, a posição do homem no espaço e no

tempo, especificamente a influência da herança cultural e natural na identidade de pessoas e de grupos.

Observamos que, nas discussões em torno da Museologia como ciência, alguns autores e, em determinado período, o próprio Conselho Internacional de Museus, definem a Museologia como a ciência dos museus. Por outro lado, Schreinner (1980, p.41) destaca que

“... o museu, enquanto instituição, não é o todo, nem parte de uma disciplina científica, mas uma base institucional necessária. A ciência médica não é a ciência dos hospitais, assim como a Pedagogia não é a ciência das escolas; assim também, a Museologia não é a ciência dos museus”.

Na mesma linha, Stransky (1981, p.19) enfatiza que

“... enquanto ciência, a Museologia não pode existir unicamente sob a dependência objetiva do museu, pois o que traria de conhecimento ficaria limitado unicamente a essa tarefa e à necessidade prática de seu desenvolvimento. Ela não serviria às exigências objetivas do desenvolvimento do conhecimento científico. A Museologia não pode se desenvolver ficando presa ao museu, mas ela deve ao mesmo tempo preceder o museu, estar em seu meio e segui-lo”.

3.3 Definindo uma Metodologia para a Museologia

Apresentaremos, a seguir, alguns pressupostos metodológicos, apontados por estudiosos da área da Museologia que, em estudos recentes, têm se preocupado em apontar caminhos para construção de uma metodologia específica para a ciência museológica e em analisar, também, a sua relação com outras áreas do conhecimento.

São poucos os autores que tentam construir, com base nos diversos processos museológicos desenvolvidos em diferentes contextos, pressupostos metodológicos para a Museologia. Consultando a literatura referente ao tema, destacamos os trabalhos de Mensch (1990, p.58), desenvolvidos quando da sua atuação no ICOFOM. O autor ressalta que o objeto assume uma posição chave na Museologia, como condutor de informações. Esclarece, entretanto, que, ao se referir ao objeto, está considerando um fenômeno com características próprias, ou seja: artefatos, espécimes naturais, música, monumentos, dança, teatro, cinema, literatura, artesanato etc.

O referido autor apresenta cinco linhas básicas de atuação da ciência museológica, relacionadas com os fenômenos acima descritos, a saber:

MUSEOLOGIA GERAL: abordagem de questões fundamentais referentes à conservação, pesquisa e comunicação e à estrutura institucional na qual estes aspectos são levados a efeito. Estuda, também, as condições sociais e históricas, bem como seus impactos nas funções de pesquisa, conservação e comunicação.

MUSEOLOGIA APLICADA (ou museografia): desenvolvimento de atividades práticas, lastreadas em

princípios científicos, com a cooperação de várias disciplinas auxiliares, como por exemplo, climatologia, administração, preservação e química, registro e documentação, didática e educação, programação visual, direito, gerenciamento etc.

MUSEOLOGIA ESPECIAL: faz a correlação entre a Museologia geral e algumas disciplinas científicas, como, por exemplo, História da Arte, Antropologia Cultural, História, Sociologia e Filosofia, Política, Ciências Técnicas, Ciências Naturais etc.

MUSEOLOGIA HISTÓRICA: realiza a abordagem histórica da Museologia, ou seja, registra e analisa a sua construção e evolução, no passado e no presente.

MUSEOLOGIA TEÓRICA: elaboração dos fundamentos filosóficos da Museologia. Está particularmente relacionada com a semiótica do objeto, considerando que este, enquanto fenômeno com características próprias, como ficou esclarecido anteriormente, possui três dimensões ou campos de interpretação, definidos através dos seguintes termos lingüísticos:

- semântica (valor, significado);
- sintaxe (ordem, interrelação); ou
- práxis (uso, efeito nas pessoas).

São estas três dimensões que fornecem a estrutura teórica através da qual o objeto é abordado museologicamente. Entretanto, esta abordagem não pode ser enfocada separadamente do contexto social e à parte das disciplinas

científicas, específicas, relacionadas com os diversos objetos, apesar de poder ser realizada de forma específica.

Segundo Peter Van Mensch, uma linguagem geral para a Museologia ainda está por ser desenvolvida, mas, em uma abordagem mais abrangente, estão envolvidas as seguintes categorias de informação:

- a) informação do objeto, ou seja, a informação que pode ser lida diretamente do objeto;
- b) documentação;
- c) informação contextual, como fonte de informação indireta.

A informação do objeto, ao elaborarmos sua descrição física, refere-se à :

- composição material;
- construção, técnica;
- morfologia, subdividida em:
 - forma espacial;
 - estrutura da superfície;
 - cor;
 - padrões de cor, imagens;
 - texto (caso exista).

Este inventário de informações do objeto é denominado de sintaxe. Em relação à interpretação, é feita uma analogia com a iconografia, distinguindo-se o seguinte conjunto de significados:

-
- Significado principal:
 - a) significado funcional;
 - b) significado expressivo (valor emocional).

 - Significado secundário:
 - a) significado simbólico;
 - b) significado metafísico.

Estes aspectos são considerados como a dimensão semântica do objeto.

A dimensão pragmática nos conduzirá a realizar uma análise das relações entre o objeto e o seu usuário ou seu observador, portanto, a interpretá-lo como veículo de informação, destacando-se para tanto, os seguintes fatores:

- a gênese, processo pelo qual a idéia e a matéria-prima se transformam em objeto;
- o uso:
 - a) uso inicial (em geral, de acordo com as intenções do fabricante);
 - b) reutilização que, em geral, não corresponde ao uso inicial.
- a “marca do tempo”, onde são reconhecidos:
 - a) fatores endógenos;
 - b) fatores exógenos.

- a conservação e a restauração.

A área da comunicação deve merecer um grande destaque, na Museologia, pois é por seu intermédio que são estabelecidas as relações entre o público e o museu. Para

Mensch (1990, p.58), a preservação de um objeto, no processo de comunicação, pode se dar através de:

“1 - um conceito fechado, no qual uma interpretação pode ser mais ou menos compulsória ao se dar um único enfoque ao objeto. De um lado, podem ser usados os paradigmas da disciplina científica específica envolvida; de outro, os paradigmas da Museologia, como um reflexo da sociedade;

2 - um conceito aberto, no qual somos induzidos a qualquer interpretação e o observador pode chegar a uma compreensão do objeto e da informação que ele carrega em si, numa ampla confrontação”.

A operacionalização desse processo de comunicação poderá, então, ser realizada através dos seguintes processos de apresentação:

- a) cognitivo, comunicando conhecimento;
- b) afetivo, comunicando valores emocionais e estéticos.

Observa-se que, na abordagem teórica básica acima apresentada, o objeto é considerado como veículo de informação e representa um papel central. É importante ressaltar o sentido bastante amplo que é conferido ao objeto como um fenômeno com características próprias e o fato de que a Museologia não deve estar centralizada na instituição museu.

Comentando sobre a distinção fundamental entre a estrutura teórica do pensamento museológico e a contribuição

de outras disciplinas científicas, Peter Van Mensch destaca que considera de grande importância o fato da Museologia fornecer uma estrutura onde a contribuição de outras disciplinas é testada, de acordo com a relevância da Museologia e do objeto museológico. Questionado sobre a existência de uma metodologia própria para a Museologia, o referido autor destaca que:

“... para responder a esta pergunta, antes de mais nada, devemos observar que não é a utilização de uma metodologia própria que leva certo campo de interesse ao domínio da ciência, mas que isto seja realizado utilizando-se um campo de pesquisa e uma terminologia adequada, direcionados a um conhecimento sistemático de certo aspecto da realidade. Neste sentido, a Museologia é uma ciência”. (Mensch,1990, p.58).

Dando ênfase à interação específica do sujeito que conhece com o objeto que é o testemunho da realidade, Rússio (1991, p.3) considera como objeto de estudo da Museologia o fato museológico ou fato museal, definindo-o como: “a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto que é parte da realidade à qual o homem pertence e sobre a qual ele age”. Para a referida autora, esta relação compreende vários níveis de consciência e o homem pode perceber um objeto com seus sentidos. Destaca que, ao considerar o fato museológico como a relação profunda entre o homem e o objeto, deve-se levar em conta os seguintes aspectos:

-
- a) a relação em si mesma, ou seja, percepção (emoção, razão), registro de percepção (sensação, imagem, idéia) e memória (sistematização das idéias e das imagens e estabelecimento de suas ligações);
- b) o homem que conhece. Considerado em todos os aspectos de sua existência (filosófica, ética e psicológica, e ao nível da teoria do conhecimento). Deve-se considerar, também, suas relações com outro homem e com os grupos sociais (seu comportamento psicológico, sociológico e político);
- c) o objeto a ser conhecido. Sua identificação, classificação, dentro de um sistema e sua integração dentro de uma espécie, gênero ou família. Pressupõe a conservação, o conhecimento da composição do objeto (composição química, física, etc.), e das condições ambientais necessárias a prolongar sua existência. É o testemunho do homem e depende de diferentes disciplinas científicas para ser corretamente identificado, estudado, classificado e comunicado;
- d) o museu como agente da transferência museológica. O museu é o local onde o fato museológico acontece; para tanto, deve-se musealizar os objetos (objetos materiais se tornam objetos-conceitos). Pode-se musealizar objetos que são vestígios, provas da existência do homem e do seu meio ambiente, do seu meio natural ou modificado por ele mesmo. A musealização é realizada com objetos que têm valor de testemunhos, de

documentos e de autenticidade, em relação ao homem e à natureza.

Rússio (1989, p.2), destaca que :

“O sujeito e o objeto do museu são sempre o homem e seu ambiente, o homem e sua história, o homem e suas idéias e esperanças. Em efeito, o homem e sua vida são sempre as bases do museu, o que significa que os métodos usados em Museologia são essencialmente interdisciplinares pois o estudo do homem, da natureza e da vida depende de uma grande variedade de domínios científicos”.

Salienta que, quando museus e Museologia estudam o ambiente, o homem e a vida, são obrigados a aproximar disciplinas que uma especialização atual exagerada tem mantido separadas.

Percebe-se que Rússio também se fundamenta nos estudos de Stansky e Ana Gregóvora, ao definir a Museologia como o estudo das relações específicas do homem com a realidade, e avança em relação a esses teóricos, quando define o fato museal ou fato museológico. A sua definição de museu e de Museologia está impregnada de humanismo, como pode ser observado, a seguir:

“... se é verdade que o objeto só tem significação para o homem que o conhece, também é válido fazer-se a afirmação mais elementar e implícita na anterior, de que embora

o objeto em si, entitativamente (sic), exista materialmente, ele só se “realiza” (coisifica, objetiva, passa a existir concretamente) quando o homem toma conhecimento dele. Por isso é o museu uma criação do mais alto espírito humanista”.

Em conferência ministrada no V Fórum de Museologia do Nordeste, realizado em Salvador, Bahia, Dr^a Mathilde Bellaigue (1992, p.2) identifica como características do método museológico os seguintes aspectos:

- leva em conta dimensões temporais e espaciais;
- toma o real na sua integridade, ou seja, qualquer elemento do real pode ser considerado como objeto museal. (O que não significa, entretanto, que deva ser musealizado);
- é globalizante;
- instaura um questionamento permanente, o que o torna um método evolutivo, como deveria ser todo museu.

As discussões em torno da construção de uma metodologia para a Museologia devem continuar na ordem do dia, sobretudo se considerarmos que a construção da ciência museológica é um processo e, portanto, deve estar em constante transformação.

3.4 Demarcando Posições

Considerando que a teoria e a prática são elementos que se integram mutuamente, procuraremos, neste momento, realizar uma reflexão, no sentido de tentar compreender os objetivos e os meios que estão norteando a ação museológica nos museus brasileiros, destacando os três pontos básicos indicados na definição de Museologia de Peter van Mensch, citada anteriormente, ou seja: a conservação, a pesquisa e a comunicação.

A problemática teórico-metodológica tem preocupado muito raramente os museólogos que, atuando em moldes mecanicistas, a ignoram, muitas vezes deliberadamente. É indispensável uma reflexão crítica, com o objetivo de torná-la mais clara. Neste sentido, enfocaremos, a partir de agora, em uma análise do processo de construção do conhecimento na Museologia, a tríade que, em geral, é apresentada em análises do processo do conhecimento, a saber: o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento como produto do processo cognitivo. Esclarecemos que estamos assumindo, neste trabalho, o conceito sobre conhecimento, emitido por Schaff (1971, p.73): “interação específica do sujeito que conhece e do objeto do conhecimento, tendo como resultado os produtos mentais, a que chamamos conhecimento”.

Faremos, então, o enquadramento dos conceitos de Museologia e dos processos metodológicos apresentados nos itens 3.2 e 3.3, em alguns modelos teóricos apresentados por autores apoiados em correntes filosóficas:

“O primeiro modelo subentende a construção mecanicista da teoria do reflexo. O objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo,

contemplativo e receptivo; o produto desse processo - o conhecimento - é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. Presume que o sujeito seja um agente passivo, cujo papel na relação cognitiva é o de registrar estímulos vindos do exterior”.

Segundo Schaff (1971,p.75), esse modelo está historicamente associado a diversas correntes do pensamento materialista, pois pressupõe, necessariamente, o reconhecimento da realidade do objeto do conhecimento e interpretação sensualista e empírica da relação cognitiva. Citando Marx, Schaff (1971, p.77) registra que:

“... o materialismo do passado discernia a realidade sob forma de objeto, e não como uma atividade humana, enquanto que o lado ativo era desenvolvido pelo idealismo, se bem que de maneira imperfeita, por ser abstrata”.

Uma das principais características da orientação positivista é o fracionamento da realidade, impedindo uma visão mais genérica da sociedade, que fez malograr qualquer tentativa de interpretação mais abrangente do todo social. Por outro lado, também merecem destaque, na concepção positivista, a resistência às mudanças e a neutralidade dos valores. Comentando a resistência à mudança, Sarmiento (1989, p.44) destaca que:

“... se o positivismo ostenta uma ojeriza à contradição, ostenta, igualmente, uma aversão às mudanças sociais profundas. Politicamente, o pensamento positivista é marcadamente conservador. A postura de Popper é, pois, muito coerente com tal concepção, o conceito de “ordem” endossa também esse significado, que é o de controle político das mudanças e reformas sociais, dentro de uma perspectiva de disciplina e administração desses eventos, sem que as classes dominantes percam o comando das transformações sociais”.

Enquadra-se, nesse modelo, o conceito de Museologia adotado pelo Conselho Internacional de Museus, quando atribui à Museologia o papel passivo de estudar a instituição museu, sua história, sua evolução, sua atuação e seu desenvolvimento futuro. O conhecimento produzido nesse processo dá ênfase à realidade museológica, sob a forma de objeto, e não como uma atividade humana. Essa postura mecanicista vai ser refletida na museografia, conforme pode ser observado, a seguir.

No que diz respeito à preservação, destacaremos três aspectos principais: a coleta, a conservação e o registro. Apontadas pela maioria dos técnicos de museus como as ações primeiras e primordiais, sobretudo pelo seu caráter de armazenamento e segurança de um patrimônio, estas ações técnicas têm sido executadas, em sua grande maioria, como meros passos a serem seguidos, metodicamente, sem uma análise dos objetivos da filosofia da instituição, caracterizando-se por uma completa dissociação entre meios e

fins. Esse fazer dissociado de uma reflexão filosófica, essencial para que tenhamos uma compreensão lúcida da nossa ação, tem contribuído para que a pesquisa e a comunicação sejam ações que também se esgotam em si mesmas.

Através da coleta, pode-se compreender toda a teia de relações que tem influenciado e conduzido as ações museológicas em nosso país, pois esta teia é o reflexo da política de preservação adotada, ao longo dos anos, onde se tem privilegiado a produção cultural de determinados segmentos da sociedade, notadamente as elites religiosas e a aristocracia rural. Em geral, os critérios para seleção dos acervos são estabelecidos tomando-se como referência os aspectos de valor estético, antiguidade, raridade etc., todos eles pautados em valores românticos, saudosistas e exóticos, que primam por camuflar e por ignorar a existência de uma sociedade dividida em interesses econômicos e políticos não apenas diversos, mas conflitantes.

Outro aspecto importante a ressaltar, em relação à coleta, é a ação autoritária e isolacionista do técnico ou do colecionador que, imbuído do argumento de autoridade, adquirido com o *status* de técnico de nível superior (que detém um determinado conhecimento e o sacraliza), utiliza-o para manipular e adquirir os objetos a que ele mesmo atribui um determinado valor cultural, e de forma paternalista, em nome da preservação, os arranca do seu contexto sócio-cultural, na maioria das vezes, para deleite de uma elite intelectual. Caracteriza-se, assim, uma seleção imposta e inadequada dos acervos preservados, excluindo-se a participação do cidadão.

Em relação à conservação, o seu objetivo maior tem sido o de guardar, armazenar. Costumamos dizer que atuamos nos museus, em relação à conservação, como se estivéssemos

construindo “silos”. O conservar tem sido algo destinado à elite que, às vezes, chega ao êxtase da “apreciação”. E, assim como o técnico, que coleta de forma estanque e compartimentada, o conservador protege, restaura e cura das doenças um cliente que, ao ter a vida restabelecida, não se sente engajado, participante de uma sociedade, porque é um mero objeto, descontextualizado, que não é usado como referencial para a construção de uma nova realidade. Nota-se o império da técnica que é utilizada, dentro da mais moderna tecnologia, para que este objeto “sem vida comunicada” saia do laboratório como alguém que foi congelado, para ser reincorporado à sociedade, fora do seu tempo. O conservador, na maioria das vezes, age como o “messias”, tão bem caracterizado por Chagas (1990, p.42), “pronto para **salvar** os objetos, crente de que suas ações estão esterilizadas, do ponto de vista político e científico”.

O registro, por outro lado, tem se caracterizado como o momento “supremo do museólogo”, no sentido de se afirmar, demonstrando o conhecimento que adquiriu para ser depositado em alguém que nada sabe e que vai continuar sem saber, porque não domina os mesmos códigos, uma vez que estes estão permeados pela erudição tão necessária para impor autoridade e demonstrar competência. O que se observa, portanto, é a construção de bancos de dados, na maioria das vezes inadequados, para a compreensão da construção do processo histórico, no passado e no presente, pois são constituídos de uma mera descrição física dos objetos, como se estes não fossem o resultado de um processo cultural, em um determinado contexto.

A pesquisa nos museus brasileiros, infelizmente, tem sido relegada a segundo plano. O que se observa é uma total

falta de compromisso com a construção do conhecimento. Se observarmos com atenção os diversos aspectos acima abordados, talvez possamos afirmar que eles sejam o fruto de uma “prática pela prática” ou uma prática embasada em uma ciência positivista. A criatividade, a inquietação, a reflexão, o respeito ao diferente, o dissenso não têm tido lugar nas diversas ações dos nossos museus. O que tem imperado é a linearidade.

Por outro lado, observa-se algumas tendências em considerar o museu como um centro de pesquisa, onde obtém-se, como resultado, a produção de belos relatórios para deleite dos nossos pares que, com orgulho, os enclausuram no âmbito da academia.

São os famosos “curadores” de museus, que utilizam a coleção como se fosse sua propriedade, para executar uma pesquisa para atender seus próprios interesses. Em geral, os pesquisadores que assim agem desconhecem o potencial que possui a museografia, no sentido de democratizar o conhecimento construído e de obter, através do público que a este tem acesso, indicadores importantes não só para avaliar o produto por ele elaborado como para encontrar, junto com este, novos problemas a serem investigados. A pesquisa para o museu deveria, então, ser a mola mestra, no sentido de embasar todo o campo da Museologia aplicada, ou seja: a administração, a preservação e a comunicação, que iria alimentar a produção de um novo conhecimento.

Após esta análise, talvez possamos inferir que, em vez de comunicar, damos comunicados. O conhecimento produzido e comunicado pelos museus tem sido acrítico, interpretando a realidade com base nas primeiras e primárias impressões que atingem o sistema receptor do sujeito do

conhecimento; o objeto é enfocado como se existisse isolado, dissociado de um conjunto de relações. A mensagem transmitida é denotativa - diretamente relacionada ao objeto referido ou às suas qualidades - resultado de coleta, de conservação e de registro que não fornecem a base necessária para que o processo comunicativo seja efetivado.

Os conceitos de Museologia, emitidos por Stransky, Ana Gregóvora e Waldisa Rússio, quando centram sobre o sujeito o papel de criador da realidade e definem o fato museal como a relação profunda entre o homem-sujeito que é parte da realidade à qual pertence e sobre a qual ele age e transforma - sinalizam para uma ação transformadora na Museologia, e podemos enquadrá-la no terceiro modelo, apresentado por Schaff (1971, p.79) em que,

“... contrariamente ao modelo mecanicista do conhecimento para o qual o sujeito é um instrumento que registra passivamente o objeto, é atribuído aqui um papel ativo ao sujeito submetido por outro lado a diversos condicionamentos, em particular, às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida”.

Para o referido autor, três elementos constitutivos da filosofia marxista vão ao encontro do modelo ativista da relação cognitiva e do modelo mecanicista, a saber:

“- o primeiro é a tese de Marx sobre o indivíduo humano (sic), como “conjunto das relações sociais”;

- o segundo é a concepção marxista do conhecimento como atividade prática, como uma atividade sensível, concreta;
- o terceiro é a concepção do conhecimento verdadeiro, como processo infinito, visando a verdade absoluta, através da acumulação das verdades relativas”.

Nesse sentido, o conhecimento científico e as suas produções são, portanto, sempre objetivos-subjetivos. Objetivos, em relação ao objeto a que se referem e do qual são o “reflexo” específico, bem como, atendendo ao seu valor universal relativo e à eliminação relativa da sua coloração emotiva. Subjetivos, no sentido mais geral, por causa do papel ativo do sujeito que conhece.

Ao analisarmos o papel ativo do sujeito na construção do processo museológico, não podemos deixar de ressaltar, como afirma Kosik (1976, p.22), que:

“... a dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis; para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a

realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático.”

Tomando como base o processo evolutivo da ciência museológica, constatamos que, na sua construção e reconstrução, a partir da práxis, o marco mais significativo talvez seja a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade. Nessa perspectiva, o **preservar** é substituído pelo **apropriar-se e reapropriar-se** do patrimônio cultural, para que este venha a ser a base de toda transformação, que virá no processo de construção e reconstrução da sociedade, sem a qual esse **novo fazer** será construído de forma alienante.

A atuação do sujeito, submetido aos diversos condicionamentos, sobretudo às determinações sociais, introduzindo no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida, tem sido um dado marcante no processo de construção do conhecimento museológico, no mundo contemporâneo, principalmente a partir de 1972, após a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile e do I Seminário Internacional, para discutir o ecomuseu e a “nova Museologia”, realizado em Quebec, em 1984.

As décadas de 70 e 80 foram, então, marcadas por trabalhos museológicos inovadores, desenvolvidos em vários países, embora ainda não houvesse um intercâmbio internacional entre os diversos projetos naquele período. Destacaram-se as atividades de George Henri Rivière e de Hugues de Varine, presidentes do Conselho Internacional de Museus, que estabeleciam relações entre agentes organizadores de diferentes projetos, em um mesmo país ou

entre países diferentes. O desenvolvimento da “Nova Museologia” deu-se, então, através de ações isoladas, em contextos bastantes diversificados.

Nesse novo contexto, não pode deixar de ser destacado o surgimento dos ecomuseus, que foram o produto da insatisfação dos profissionais da área de Museologia, em busca de transformações, tentando afirmá-lo, em realidades bastantes diversificadas, como instrumento necessário à sociedade: um patrimônio global. Bellaigue (s.d., p.2) destaca os aspectos abaixo relacionados como princípios básicos para constituição de um ecomuseu:

- identificar um território e seus habitantes; inventariar as possíveis necessidades e seus anseios;
- atuar, como os membros da comunidade, considerando-os donos reais do seu passado e atores do presente;
- aceitar que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado o museu e, neste aspecto, a concepção da instituição será no sentido comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia.

A referida autora destaca, ainda, que é necessária a definição coerente do território para que seja possível a comunicação entre a população e o museu, para que o processo de inventário seja realizado, envolvendo todo o patrimônio cultural e natural, a gestão administrativa, bem como o desenvolvimento das ações culturais e educativas sejam levadas a cabo, através da participação dos técnicos e dos diversos grupos comunitários.

Graças às ações de Pierre Maryand e de René Rivard, ambos participantes do grupo de ecomuseus de Quebec, em

1984, foi ali realizado o primeiro seminário internacional, destinado a discutir ecomuseus e Nova Museologia. O referido seminário tinha como objetivo:

- a) criar condições de intercâmbio para discutir assuntos relacionados à nova Museologia e à ecoMuseologia, em geral;
- b) definir as suas relações com a Museologia, em geral;
- c) aprofundar os conceitos e encorajar as práticas relacionadas com a ecomuseologia e com a Nova Museologia.

Todas as propostas de reflexão desse seminário tiveram como base o extrato da declaração de Santiago, a seguir:

“Que o Museu é uma instituição a serviço da sociedade na qual é parte integral e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades a que serve”. (UNESCO, 1992)

Como resultado final do Seminário de Quebec, os participantes firmaram os seguintes pontos:

- A Museologia atua com vista a uma evolução democrática das sociedades;
- A intervenção dos museus no quadro desta evolução passa: por um reconhecimento e uma valorização das

identidades e das culturas de todos os grupos humanos inseridos no seu meio ambiente, no quadro da realidade global do mundo; por uma participação ativa destes grupos no trabalho museológico;

- existe um movimento caracterizado por práticas comuns, podendo assumir formas diversas, em função dos países e dos contextos, que deverão conduzir à emergência de um novo tipo de museu correspondente a estas novas perspectivas;
- Nestas condições, a interdisciplinaridade e a função social conduzem a uma mudança do papel e da função do museólogo, o que implica uma formação neste sentido.

Comentando sobre os pressupostos básicos da “Nova Museologia”, Moutinho (1989, p.31), recomenda que ela deve ser considerada, pelas pessoas integradas nesse processo, como meio (agente, instrumento), a par de outros, de desenvolvimento integral das populações e com as populações. Considera que o que há de novo nas práticas da “Nova Museologia” é a demonstração da capacidade (e a prática disso) das populações se auto-organizarem para gerir o seu tempo e o seu futuro. Destaca o referido autor que:

“a concepção, o desenrolar e a avaliação dos projetos da “Nova Museologia” dependem sempre de uma percepção correta das condições históricas e ambientais locais, em que a intervenção se realiza”.

Os pressupostos básicos que norteiam as ações dos ecomuseus, bem como os referenciais que norteiam o movimento denominado “Nova Museologia” podem, então, ser resumidos nos seguintes pontos:

- reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;
- socialização da função de preservação;
- interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente, e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;
- ação comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objetivando o entendimento.

Considerando os aspectos acima mencionados, a Museologia, concebida nessa nova perspectiva, tem um papel fundamental no resgate do “mundo vivido”, descrito por Habermas (citado por Freitag, 1990, p.2) e caracterizado como:

“... a maneira como os atores percebem e vivenciam sua realidade social. Compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Ela representa aquela vida social, cotidiana, na qual se reflete “o óbvio”, aquilo que sempre foi, o inquestionado”.

A proposta básica da “Nova Museologia” está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa.

De certa forma, a proposta da “Nova Museologia” sugere uma “libertação” da razão instrumental a que os museus estavam e, ainda, continuam submetidos, atrelados ao Estado racional legal, calcado em um sistema jurídico e em uma burocracia efetiva etc., o que pode ser evidenciado, através da política de preservação paternalista, imposta pelos governos, onde a decisão do que deve ser preservado, a coleta e a guarda das coleções estão sempre nas mãos dos mais poderosos. Mensch (s.d., p.64) destaca que os poderes social, político, econômico e militar estão sempre pensando na acumulação de objetos duradouros e controlam a passagem do transitório para o durável, num processo em que a alienação material vem junto com a alienação imaterial.

Fazendo uma análise dos diversos projetos por nós desenvolvidos, no Curso de Museologia da UFBA, podemos identificar vários aspectos nos quais a produção do conhecimento tem se dado, considerando o homem, ao mesmo tempo, produto e produtor da sua cultura, compreendendo-o não como um ser abstrato, mas como indivíduo concreto, levando em consideração a sua especificidade histórica, social e individual, num processo de ação comunicativa, voltada para o entendimento; nesse sentido, destacamos os seguintes aspectos:

-
- a) o entendimento de que a cultura é um processo social de produção, ao invés de um “ato espiritual”, expressivo ou criativo;
 - b) a utilização da memória coletiva como referencial básico para o entendimento e transformação da realidade;
 - c) o incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio e para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura;
 - d) a utilização da memória preservada, testemunho da História, entendida como forma de existência social, nos seus diversos aspectos: social, político, econômico e cultural, bem como o seu processo de transformação, contribuindo para a formação do cidadão;
 - e) o desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções. Estamos nos afastando dos objetos e nos aproximando da vida;
 - f) a execução de atividades nas quais a relação homem-natureza se dá de forma integrada. Homem e natureza se completam, reciprocamente;
 - g) a consciência de que é necessária uma nova postura museológica, comprometida com a transformação e com o desenvolvimento social;
 - h) o incentivo para que o cidadão, desde a sua formação básica, possa:
 - ver a realidade;
 - expressar a realidade, expressar-se e transformar a realidade.